



Estado de
Mato Grosso do Sul

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Trata-se de processo administrativo instaurado com a finalidade de viabilizar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos audiovisuais, consistindo na disponibilização de 02 (dois) Totens Digitais Verticais Touchscreen, destinados à divulgação de conteúdos institucionais durante o 11º Congresso Estadual da ADIMP-MS, 3º Encontro Centro-Oeste e 6º ENCOPREV, promovido pela Associação dos Dirigentes de Institutos Municipais e Estaduais de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul – ADIMP/MS, com apoio institucional da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS. A contratação visa disponibilizar equipamentos tecnológicos destinados à exibição de conteúdos institucionais, vídeos, programação oficial, orientações aos participantes, materiais educativos, ações de comunicação visual e demais informações relevantes durante o evento, proporcionando melhor experiência aos participantes e fortalecendo a imagem institucional da AGEPREV/MS. A utilização dos equipamentos permitirá a exibição dinâmica e interativa de conteúdos digitais, ampliando o alcance das informações disponibilizadas aos participantes, promovendo maior eficiência na comunicação institucional, acessibilidade às informações e modernização dos meios de divulgação, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, publicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.



1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos audiovisuais, consistindo na disponibilização de **02 (dois) Totens Digitais Verticais Touchscreen**, destinados à divulgação de conteúdos institucionais da AGEPREV/MS durante o **11º Congresso Estadual da ADIMP-MS, 3º Encontro Centro-Oeste e 6º ENCOPREV**, a ser realizado no período de **08 a 10 de julho de 2026**, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, em Campo Grande/MS, compreendendo o fornecimento dos equipamentos, transporte, instalação, configuração, testes operacionais, disponibilização de mão de obra especializada, suporte técnico presencial durante todo o evento, desmontagem e retirada dos equipamentos, incluindo todos os acessórios, cabos, softwares, licenças e demais insumos necessários ao perfeito funcionamento da solução.

Item 01:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
I	Totem Digital Vertical Touchscreen	02 unidades.

Características mínimas:

- I. Tela LED ou LCD de no mínimo 50 polegadas;
- II. Resolução mínima Full HD (1920 x 1080);
- III. Operação em posição vertical (modo retrato);
- IV. Tecnologia touchscreen com capacidade mínima de 10 toques simultâneos;
- V. Estrutura tipo totem ou pedestal profissional para operação vertical;
- VI. Entradas HDMI e USB;
- VII. Reprodução contínua de vídeos, imagens e apresentações;
- VIII. Alimentação bivolt;
- IX. Equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- X. Compatibilidade com arquivos de mídia fornecidos pela contratante.

Serviços inclusos:

- I. Transporte dos equipamentos até o local do evento;
- II. Montagem e instalação;
- III. Configuração e testes operacionais;
- IV. Disponibilização de suporte técnico durante o período de utilização;
- V. Desmontagem e retirada dos equipamentos após o encerramento do evento.





Estado de
Mato Grosso do Sul

Local de utilização:

VI. Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, Campo Grande/MS.

1.1.1. Os equipamentos disponibilizados deverão atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis, encontrando-se em perfeitas condições de uso e funcionamento.

1.1.2. A definição do objeto e de suas especificações atende ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, sendo descrita de forma clara, suficiente e objetiva, de modo a permitir a adequada formulação de propostas, assegurar a isonomia entre os interessados e garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.1.3. As especificações técnicas adotadas observam os princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, da isonomia, da competitividade, da economicidade e da eficiência, sendo compatíveis com as práticas de mercado e proporcionais à natureza do objeto contratado.

1.1.4. Marcas eventualmente indicadas em pesquisas de mercado possuem caráter meramente referencial, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido o fornecimento de produto equivalente ou de qualidade superior, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas exigidas

1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Evento:

11º Congresso Estadual da ADIMP-MS
3º Encontro Centro-Oeste
6º ENCOPREV

Período: 08 a 10 de julho de 2026.





Estado de
Mato Grosso do Sul

Local: Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, Campo Grande/MS.

Realização: ADIMP-MS.

Instituições parceiras: ABIPEM, AGEPREV/MS, IMPCG, AGOPREV, APREMAT e IPREV/DF.

O evento reunirá gestores, dirigentes, conselheiros, servidores públicos, especialistas e representantes dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, promovendo debates sobre governança, investimentos, sustentabilidade, Pró-Gestão RPPS, COMPREV, LGPD, auditoria, controle interno, inovação e demais temas relacionados à gestão previdenciária.



PROGRAMAÇÃO

Governança, inovação e sustentabilidade para o futuro dos RPPS

08 de julho de 2026

Horário	Programação
17h30	CREDENCIAMENTO
18h40	APRESENTAÇÃO CULTURAL:
19h00	CERIMÔNIA DE ABERTURA
20h00	PALESTRA MAGNA Tiago Boeira Mediação: - ADIMP/MS
21h15	COQUETEL DE BOAS VINDAS



09 de julho de 2026

Horário	Painel 01	Painel 02
09h00	Sustentabilidade Novas exigências da SPREV Desafios atuariais nacionais Palestrante: Mediador:	Avaliação Atuarial na Prática Principais inconsistências Como evitar apontamentos Casos reais Palestrante: Mediador:
09h40	Pró-Gestão RPPS na Prática Como conquistar certificações Organização documental Estrutura de governança Palestrante: Mediador:	O Futuro da Gestão Previdenciária Inteligência artificial Transformação digital Governança pública moderna Palestrante: Mediador:
10h20	<i>Coffee Break</i>	
10h40	O Papel do Vereador na Sustentabilidade do RPPS: Fiscalização, Plano de Custeio e Equilíbrio Atuarial nos Municípios	
11h20	RPPS LAB - Conectando Pessoas e Soluções	
12h	Almoço	
13h30	Aplicabilidade do serviço biopsicossocial nas aposentadorias por incapacidade permanente/invalidez Palestrante: Mediador:	A Contabilização dos Ativos Garantidores Palestrante: Mediador:



14h20	Compliance e Controle Preventivo nos RPPS Auditoria preventiva, Integridade E Controle interno eficiente Palestrante: Mediador:	Pró-Gestão RPPS na Prática Como conquistar certificações Organização documental Estrutura de governança Palestrante: Mediador:
15h00	COMPREV como Ferramenta de Equilíbrio Financeiro Estratégias, recuperação de receitas e fluxos operacionais Palestrante: Mediador:	Digitalização de Processos Previdenciários Fluxos eletrônicos Palestrante: Mediador:
15h40	<i>Coffee Break</i>	
16h00	Cenário econômico e impactos nos investimentos dos RPPS Palestrante: Mediador:	O Comitê de Investimentos e as Boas Prática diante da Resolução CMN 5.272/2025. Palestrante: Mediador:
16h40	Política de Investimentos 360° Palestrante: Mediador:	Gestão de riscos e compliance nos investimentos Palestrante: Mediador:
17h20	RPPS LAB - Conectando Pessoas e Soluções	
17h30	Encerramento do dia	



10 de julho de 2026

Horário	Painel 01	Painel 02
09h00	LGPD e Segurança da Informação no RPPS Palestrante: Mediador:	Soluções digitais para o atendimento no RPPS - o exemplo do e-Cac Palestrante: Mediador:
09h40	Compra direta de Títulos Públicos Palestrante: Mediador:	Consignados: uma forma de investimento e responsabilidade social Palestrante: Mediador:
10h20	<i>Coffee Break</i>	
10h40	Palestrante: Mediador:	RPPS 4.0
11h00	Palestra de Encerramento	
11h40	SORTEIOS DE BRINDES Encerramento do Evento	

"Esta programação poderá sofrer alterações de conteúdo sem prévio aviso, mantendo inalterados os horários das palestras".

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Necessidade e fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação destina-se ao atendimento das necessidades institucionais da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS durante sua participação institucional no 11º Congresso Estadual da ADIMP-MS, 3º Encontro Centro-Oeste e 6º ENCOPREV, evento de grande relevância técnica para os Regimes Próprios de Previdência Social.

Os totens digitais touchscreen permitirão:

- divulgação da programação oficial;
- apresentação de vídeos institucionais da AGEPREV/MS;
- disponibilização de informações sobre o RPPS de Mato Grosso do Sul;
- consulta de materiais técnicos e educativos;
- orientação dos participantes quanto aos locais das palestras;
- divulgação dos programas desenvolvidos pela AGEPREV/MS;
- fortalecimento da identidade institucional durante o congresso.

A locação mostra-se mais vantajosa que a aquisição definitiva, considerando tratar-se de necessidade temporária vinculada exclusivamente à realização do evento, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.





Estado de
Mato Grosso do Sul

2.1.2. Conclui-se que a contratação da solução proposta é adequada para atender à necessidade administrativa identificada, sendo a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

2.2. A exigência de tecnologia touchscreen justifica-se pela necessidade de interação direta dos participantes com os conteúdos disponibilizados durante o evento, permitindo consulta autônoma de informações institucionais, programação, orientações e materiais digitais, proporcionando maior acessibilidade, modernização da comunicação e melhor experiência aos usuários.

2.3. A utilização de totens digitais interativos permitirá maior dinamismo na apresentação das informações, melhoria na experiência dos participantes e ampliação dos canais de comunicação institucional durante a realização do evento

2.4. A presente contratação encontra fundamento na necessidade administrativa de disponibilização de recursos audiovisuais adequados para atendimento do evento institucional promovido pela AGEPREV, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Após análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a locação dos equipamentos representa a solução mais vantajosa para a Administração, considerando que a necessidade é temporária e vinculada à realização de evento específico.

2.6. A aquisição definitiva dos equipamentos mostraria-se antieconômica diante da utilização pontual pretendida, além de gerar custos adicionais relacionados à armazenagem, manutenção, atualização tecnológica e depreciação dos bens.

2.7. Dessa forma, a locação apresenta-se como alternativa mais eficiente, econômica e adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

Estimativa das quantidades

2.8. A quantidade de **02 (dois) Totens Digitais Touchscreen** foi definida considerando a estrutura física do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo e a necessidade de instalação em locais estratégicos de grande circulação de participantes, permitindo ampla divulgação das informações institucionais da AGEPREV/MS durante os três dias do evento.



2.9. A distribuição dos equipamentos em pontos distintos e estratégicos do evento permitirá a disponibilização simultânea de informações institucionais, programação oficial, orientações aos participantes e conteúdos educativos, ampliando o alcance da comunicação institucional e evitando aglomerações nos locais de consulta.

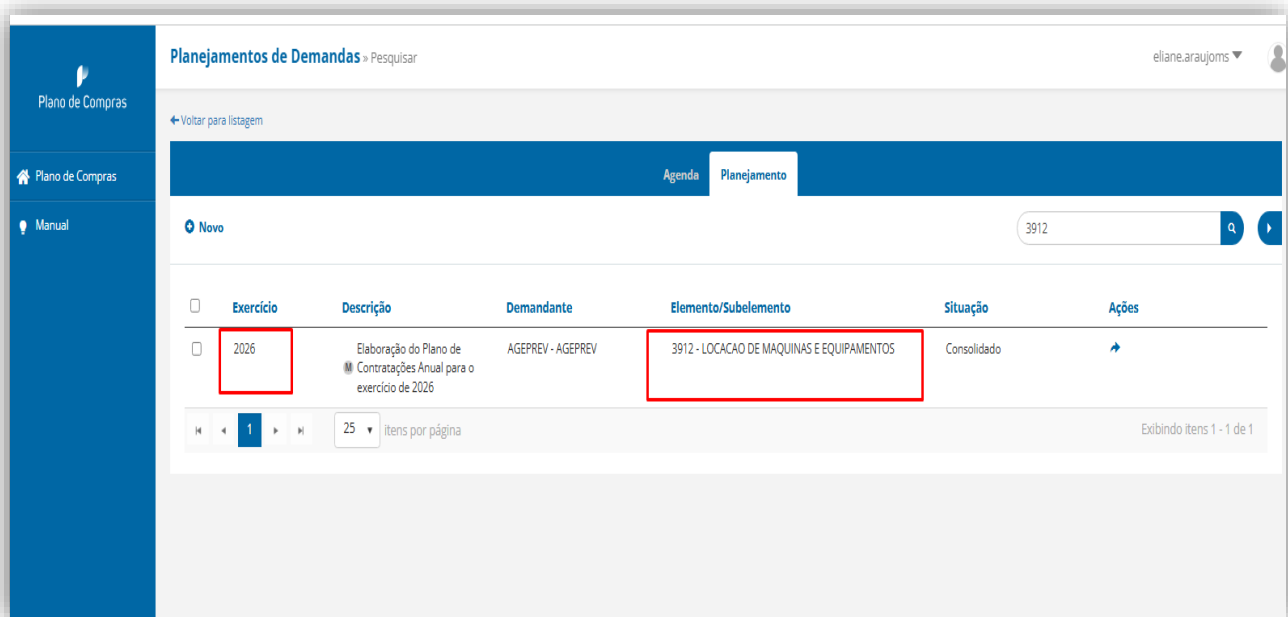
Justificativas para o parcelamento ou não da solução

2.10. Não se mostra tecnicamente viável o parcelamento da solução, uma vez que os serviços possuem natureza integrada e interdependente, abrangendo transporte, instalação, configuração, suporte técnico, operação e retirada dos equipamentos, sendo recomendável sua execução por uma única empresa.

Previsão no PCA (Plano de Contratações Anual)

2.11. O Plano de Contratações Anual – PCA vigente, de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi regulamentado pelo Decreto Estadual n. 16.121/2023, no âmbito dos órgãos da Administração Direta e das entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo Estadual.

2.11.1. A contratação objeto deste Termo de Referência está prevista no PCA aprovado para o exercício em que será concretizada, conforme documentação em anexo.



Planejamentos de Demandas > Pesquisar eliane.araujoms

← Voltar para listagem

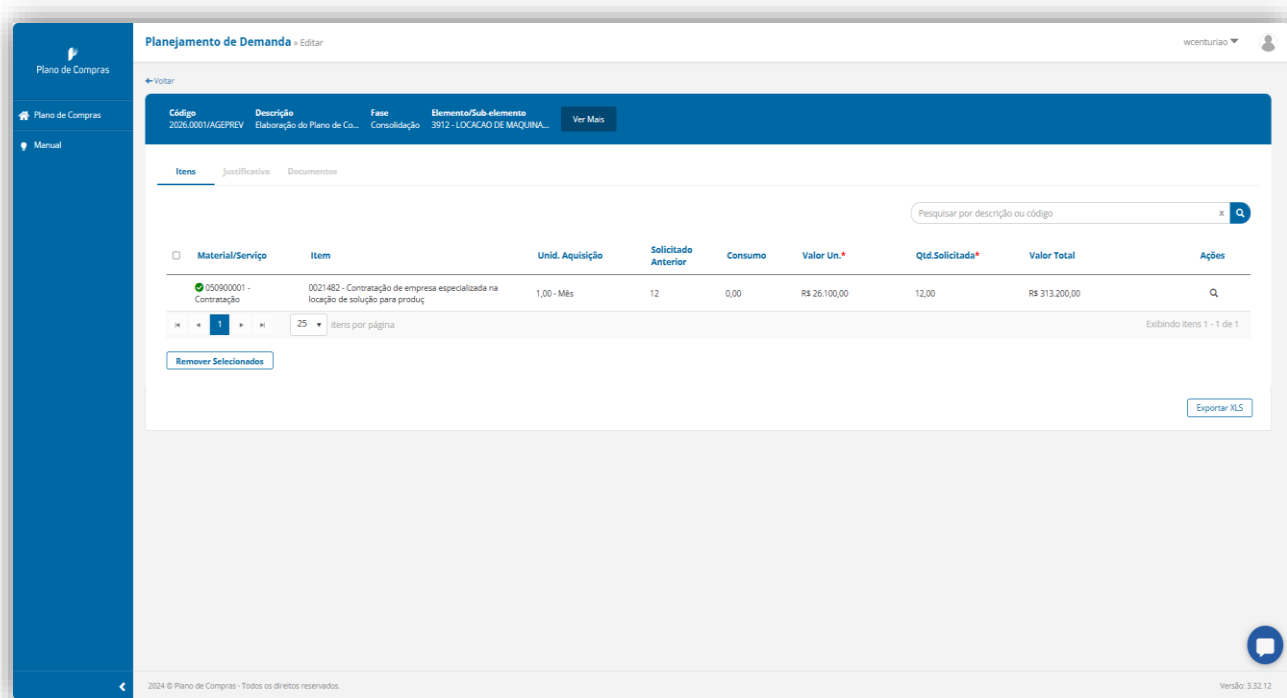
Agenda Planejamento

Novo 3912

Exercício	Descrição	Demandante	Elemento/Subelemento	Situação	Ações
2026	Elaboração do Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026	AGEPREV - AGEPREV	3912 - LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	Consolidado	→

1 25 itens por página Exibindo itens 1 - 1 de 1





Planejamento de Demanda » Editar

Planos de Compras

Planos de Compras

Manual

← Voltar

Código	Descrição	Fase	Elemento/Sub-elemento	Ver Mais					
2026.0001/AGEPREV	Elaboração do Plano de Co...	Consolidação	3912 - LOCAÇÃO DE MAQUINA...						

Itens Justificativa Documentos

Pesquisar por descrição ou código

Material/Serviço	Item	Unid. Aquisição	Solicitado Anterior	Consumo	Valor Un.*	Qtde.Solicitada*	Valor Total	Ações
050900001 - Contratação	0021482 - Contratação de empresa especializada na locação de solução para produç	1,00 - Mês	12	0,00	R\$ 26.100,00	12,00	R\$ 313.200,00	Q

25 itens por página

Exibindo itens 1 - 1 de 1

Remover Selecionados

Exportar XLS

2024 © Plano de Compras - Todos os direitos reservados.

Versão: 3.32.12

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sustentabilidade

3.1.1. Caberá à Contratada a aplicação de todos os critérios de sustentabilidade ambiental atinentes à aquisição e/ou serviço prestado, conforme a legislação respectiva.

3.2. Consórcio

3.2.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, por a contratação não envolver objeto complexo, vultoso, que exija alta capacidade técnica ou econômico-financeira.

3.3. Subcontratação

3.3.1. **NÃO** será admitida a subcontratação do objeto contratual, pelas seguintes razões:





Estado de
Mato Grosso do Sul

3.3.1.1. Trata-se de serviço comum de baixa complexidade, cuja execução pode ser realizada integralmente pela contratada, não havendo necessidade técnica ou operacional que justifique a subcontratação.

3.4. A presente contratação não caracteriza fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, cessão de pessoal ou prestação continuada de serviços, consistindo exclusivamente na locação temporária de equipamentos audiovisuais com serviços acessórios de transporte, instalação, suporte técnico e retirada

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições da entrega

4.1.1. Os equipamentos deverão estar instalados, configurados e plenamente operacionais até 02 (duas) horas antes do início do evento, permanecendo disponíveis durante todo o período de realização.

- a) 08/07/2026 até 15h30 Instalação, configuração e testes
- b) 08 a 10/07/2026 Funcionamento durante todo o evento
- c) 10/07/2026 Desmontagem e retirada

4.1.2. Os equipamentos deverão permanecer plenamente operacionais durante todo o período de utilização.

4.1.3. A contratada será responsável pelo transporte, montagem, configuração, testes operacionais, suporte técnico, desmontagem e retirada dos equipamentos.

4.1.4. A contratada deverá manter equipamento de contingência (backup) disponível durante todo o período de execução do evento, apto à substituição imediata em caso de falha operacional, defeito ou interrupção de funcionamento do equipamento principal.

4.1.5. A contratada obriga-se a entregar os objetos/serviço em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso haja desconformidade com as especificações.

4.1.6. Todas as despesas relativas à entrega/serviço e transporte, bem como impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato, correrão à conta exclusiva da contratada.

4.1.7. Os objetos/serviços deverão ser entregues embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.





Estado de
Mato Grosso do Sul

4.2. Condições de recebimento

4.2.1. O objeto será recebido provisoriamente, mediante instalação e funcionamento dos equipamentos., pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2.2. Serão considerados aptos para recebimento os equipamentos que apresentarem pleno funcionamento, qualidade de imagem adequada, resposta ao toque compatível com as especificações técnicas e estabilidade operacional durante os testes realizados pela fiscalização.

4.2.2.1. Para os fins do disposto no subitem 4.2.1, o termo detalhado corresponde a documento minucioso, que descreve total e detalhadamente o objeto recebido, devendo ser acompanhado do atesto no verso do documento fiscal ou equivalente, conforme art. 19 do Decreto nº 15.938/22.

4.2.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído imediatamente.

4.2.3.1. Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, incluindo o caso de serviço não prestado, o fiscal do contrato reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao (s) gestor (es) do contrato para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis, sendo o valor respectivo descontado da importância mensal devida à contratada.

4.2.4. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após encerramento do evento e verificação da execução contratual, contados do recebimento provisório, mediante preenchimento de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.2.4.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota





Estado de
Mato Grosso do Sul

Fiscal, quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Além disso, não exclui a responsabilidade pela garantia do (s) objeto (s) executado (s), por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, a serem verificadas posteriormente.

4.3. Da garantia do objeto

4.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo interessado/fabricante em sua proposta comercial.

4.3.2. Durante todo o período da contratação a contratada será responsável pelo perfeito funcionamento dos equipamentos disponibilizados, devendo substituir imediatamente qualquer equipamento defeituoso ou que apresente falha operacional

4.4. Das Condições de Manutenção e Assistência Técnica

4.4.1. A assistência técnica deverá ser prestada no local do evento, Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, ou em regime de pronto atendimento que garanta a continuidade da operação dos equipamentos.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

5.1. Obrigações do contratante

5.1.1. São obrigações do Contratante

5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

5.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado, corrigido ou refeito, no total ou em parte, às suas expensas;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior justificados e aceitos pelo Contratante.





Estado de
Mato Grosso do Sul

5.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

5.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

5.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

5.1.9.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 5.1.9 deste Termo de Referência, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

5.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.1.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. Obrigações do contratado

5.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como





Estado de
Mato Grosso do Sul

exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

5.2.2. A contratada responderá integralmente por danos causados aos equipamentos, às instalações do evento ou a terceiros em decorrência de falhas na montagem, instalação, operação ou retirada dos equipamentos.

5.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.2.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

5.2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

5.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

5.2.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.2.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;





Estado de
Mato Grosso do Sul

5.2.11. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das exigências deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

5.2.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

5.2.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.2.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

5.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

5.2.18. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Com relação à obrigação delineada no subitem 5.2.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) gestor e fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o respectivo regulamento pelo Decreto Estadual nº 15.938, de 2022.

6.2. Compete ao gestor do contrato o exercício das atribuições descritas no art. 15 do Decreto Estadual nº 15.938, de 2022.

6.3. Compete ao fiscal do contrato o exercício das atribuições descritas no art. 16 do Decreto Estadual nº 15.938, de 2022.

6.4. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados nos termos do art. 6º, 7º e 8º, todos do Decreto Estadual nº 15.938, de 2022.

6.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1. Pagamento

7.1.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação.

7.1.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente de titularidade da Contratada.

7.1.3. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.1.3.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada





Estado de
Mato Grosso do Sul

como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.1.4. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.1.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.1.6. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

7.1.7. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.7.1. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a Contratada será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

7.1.7.2. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem 7.1.7.1 poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

7.1.7.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do prestador, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.7.4. Persistindo a irregularidade, a contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

7.2. Reajuste

7.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA,





Estado de
Mato Grosso do Sul

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.2.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.2.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critérios de julgamento

8.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização do **SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (SDE)**, conforme art. 75, §3º, da Lei 14.133/21 e procedimento previsto pelo Decreto Estadual 16.119/23.

8.1.2. A **disputa** será realizada em **ÚNICO ITEM**.

8.1.3. O **critério de julgamento** adotado será o **menor preço** do item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica - SDE e em seus Anexos quanto às especificações do objeto.

8.2. Habilitação

8.2.1. Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

I - **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





Estado de
Mato Grosso do Sul

II. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

VII. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

VIII. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º, §3º, do Decreto nº 11.802/2023.

IX. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022 (arts. 15 a 17 e 146).

8.2.1.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da LC federal n. 123/2006 e da LC estadual n. 303/2022: certidão simplificada





Estado de
Mato Grosso do Sul

original da Junta Comercial da sede do interessado ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da LC nº 123/2006;

8.2.1.1.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de interessado na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da LC n. 123/2006, o pregoeiro poderá solicitar do interessado a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento;

8.2.2. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) ou no **CPF** (Cadastro de Pessoas Físicas), conforme o caso;

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do interessado referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) independentemente da sede ou domicílio do interessado, certidão emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul (SEFAZ) ou pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE) que comprove a regularidade do interessado referente a todos os créditos tributários estaduais e à Dívida Ativa do Estado por elas administrados;

c) certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;





Estado de
Mato Grosso do Sul

d) certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.2.3.1. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparada deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.3.1.1. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.2.3.1.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem 8.2.3.1.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.2.3.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. O fornecedor deverá encaminhar, para fins de qualificação ou **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os seguintes documentos:

8.2.3.1. Para pessoa jurídica, **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do interessado.

8.2.3.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o interessado deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.





Estado de
Mato Grosso do Sul

º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.2.3.2. Balanço patrimonial, DRE (demonstração de resultado de exercício) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.2.3.2.1. O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.2.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da disputa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.2.4. Não haverá a exigência relativa a **HABILITAÇÃO TÉCNICA** nesta contratação. Trata-se de contratação por dispensa em razão do valor, cujo objeto, de baixo custo e complexidade, não demanda requisitos de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação, na contratação direta, corresponde à **estimativa da despesa**, tratada pelo art. 72, II da Lei 14.133/21, que deverá ser calculada na forma estabelecida pelo art. 23 da mesma Lei (regras gerais de pesquisa de preços) e do Decreto Estadual 15.940/22 (regulamento da pesquisa de preços).

9.2. Na forma do art. 7º do Decreto Estadual 15.940/22, o valor estimado da contratação, no processo de dispensa de licitação, será identificado mediante pesquisa direta com fornecedores (art. 4º, VII, do Decreto).

9.3. Conforme cotações obtidas com fornecedores e Relatório de Pesquisa de Preços, anexados a este Termo de Referência conforme art. 4º, §§5º e 6º, e art. 5º, ambos do Decreto Estadual 15.940/22, estima-se como valor da contratação o preço de referência de R\$ 3.533,34 (três mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), observando os procedimentos de cálculo estabelecidos pelo art. 6º do Decreto.

9.4. Em atenção ao art. 4º, VII, do Decreto Estadual 15.940/22, registra-se que Os fornecedores foram selecionados por atuarem no segmento de locação de equipamentos audiovisuais, tecnologia para eventos, painéis





Estado de
Mato Grosso do Sul

digitais, monitores profissionais e totens interativos, possuem estabelecimento e atuação no mercado local, apresentarem capacidade de atendimento às especificações e quantidades demandadas, bem como por fornecerem cotações formais, válidas e compatíveis, possibilitando a adequada comparação dos preços praticados no mercado e a observância do princípio da economicidade.

9.5. Para fins da justificativa do preço da contratação (art. 72, VII, da Lei 14.133/21), registra-se que também são consultados os demais parâmetros de pesquisa de preços previstos pelo art. 4º do Decreto Estadual 15.940/22, e que os documentos destas pesquisas constarão nos autos, conforme determina o art. 4º, §6º, do Decreto.

9.5.1. A efetiva justificativa do preço será realizada em ato próprio, a ser anexado aos autos, após a realização da disputa no SDE (Sistema de Dispensa Eletrônica), considerando que somente então se terá a proposta vencedora e a respectiva possibilidade de demonstração de compatibilidade entre ela e os parâmetros de pesquisa referidos no subitem 9.5, conforme determina o art. 7º, §3º, do Decreto Estadual 15.940/22

10. TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA ME/EPP

10.1. A LC n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

10.2. Tratando-se de contratação direta por dispensa em razão do valor (art. 75, II, da Lei 14.133/21), a LC n. 123/06 (art. 49, IV) e o Decreto Estadual 16.199/23 (art. 28), determina a **exclusividade de participação às microempresas e empresas de pequeno porte**, na forma do inciso I do artigo 48, da LC n. 123, de 2006

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta do 20.77202.04.272.0037.6097.0001 - CUSTEIOADM, natureza da despesa n. 33903912 – Locação de máquinas e equipamentos, itens de despesa n. 12, fonte n. 0180280011.

11.2. A Contratante reserva-se no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da reserva orçamentária prevista.

11.3. As despesas efetuadas no próximo exercício correrão à conta do respectivo orçamento, dentro da mesma programação financeira.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





Estado de
Mato Grosso do Sul

12.1. Depois de celebrado o contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

12.1.1. As infrações cometidas no procedimento de disputa observarão a disciplina disposta no Aviso de Dispensa Eletrônica - SDE.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.9. Entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

12.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156.

12.3.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de Multa

12.4. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:





Estado de
Mato Grosso do Sul

12.4.1. De 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.4.2. De 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.4.2.1. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.5. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido, nos percentuais estabelecidos no Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023:

Infração (Subitem)	Percentual da multa
12.2.1.	20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada
12.2.2. 12.2.3. 12.2.4. 12.2.5. 12.2.6. 12.2.7. 12.2.8. 12.2.9.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado

12.5.1. Na hipótese do subitem 12.2.1, a sanção de multa compensatória poderá atingir o percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada nas hipóteses de que trata o inciso § 1º do art. 35 do Decreto 16.189, de 17 de maio de 2023.

12.6. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

12.7. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.





Estado de
Mato Grosso do Sul

12.8. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação definida no art. 4º do Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.2.	Impedimento pelo período de até dois anos
12.2.3.	Impedimento pelo período de até três anos
12.2.4.	Impedimento pelo período de até um ano

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.5, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação definida no art. 5º do Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.5.	Declaração de inidoneidade de até cinco anos
12.2.6.	Declaração de inidoneidade de até seis anos
12.2.7.	
12.2.8.	

12.12. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 12.11 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

Da Aplicação e do Cômputo da Sanção

12.13. Os aspectos relacionados à aplicação da sanção, tais como a dosimetria, a cumulação, o cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual e a soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de licitações e contratos distintos, deverá observar o disposto nos arts. 34 a 38 do Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.





Estado de
Mato Grosso do Sul

Processo Administrativo Sancionador

12.15. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo III do Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO

13.1. Considerando os estudos promovidos na fase de planejamento, expostos neste Termo de Referência, conclui-se que a presente contratação e a solução escolhida são viáveis e adequadas ao atendimento da necessidade administrativa subjacente.

14. MATRIZ DE RISCO

Risco	Responsável
<i>Falha do equipamento</i>	Contratada
<i>Atraso na instalação</i>	Contratada
<i>Ausência de energia no local</i>	Contratante
<i>Danos causados pela montagem</i>	Contratada
<i>Alteração da programação do evento</i>	Contratante

15. NÃO FRACIONAMENTO DE DESPESA

15.1. Em atenção ao art. 75, §1º, I e II, da Lei 14.133/21 e ao art. 7º, IV, do Decreto Estadual 16.119/23, certifica-se que a presente contratação por dispensa de licitação em razão do valor não representa fracionamento de despesa.

15.2. Este Termo de Referência foi elaborado com base nas informações constantes na CI 52026 e 62026/2026/ Núcleo de Atendimento Humanizado Psicossocial de 25/02/2026 e documentos anexos apresentados pela unidade demandante.

15.3. Este Termo de Referência foi elaborado conforme minuta padrão aplicável da PGE/MS e observância do Parecer Referencial PGE/MS/005-2025.

Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Wengrytton Raffael Cabreira Centurião

Gerente de Serviços Administrativos da Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS

Lucas Bringhenti Lopes Cáceres

Gestão e Assistência da Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS

DE ACORDO:

Selmo Cassimiro da Silva

Diretor-Adjunto da Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS

